PREFEITURA
PARÁ DE MINAS

Diário Oficial Eletrônico do Município
Lei nº 6.590/2021

Pará de Minas, Minas Gerais, 17 de dezembro de 2025 | Nº 953

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTO DE PREÇOS Nº 0025/2025

Extrato Ata de Registo de Preços nº 0025/2025: Firmado entre o Município de Pará de Minas e CINTRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto:FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, VISANDO ATENDER À DEMANDA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

Vigência: 01 ano a contar do primeiro dia útil subsequente a sua divulgação no PNCP. Valor: R$ 301.380,00. Fundamento Legal: Lei 14.133/2021. Decreto Municipal n° 12.914/2023. Pregão 017/2025 - Processo nº 171/2025.

Pará de Minas, 16 de dezembro de 2025.

Luiz Fernando de Lima

Vice-prefeito

A Ata de Registro de Preços na integra estará disponível no portal https://transparencia.betha.cloud/#/AQhSgAbWDwORjcxY45lYVg==/consultas/61721

Publicado por: Luciene Luzia Oliveira Melo
Código identificador: 16793

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
RESCISÃO DO CONTRATO N.º 0206/2024

RESCISÃO DO CONTRATO N.º 0206/2024

PREGÃO N.º 035/2024

PROCESSO (PRC) N.º 254/2023

Pelo presente instrumento, o Município de Pará de Minas, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.313.817/0001-85, com sede administrativa na Praça Afonso Pena, nº 30, Centro, Pará de Minas - MG, neste ato representado por seu Vice-prefeito, **Sr. Luiz Fernando de Lima,** CPF nº 123.953.096-05, com fulcro no artigo 138, inciso I da Lei 14.133/2021, de conformidade com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido o Contrato acima epigrafado, firmado em decorrência do processo licitatório sob a modalidade de Pregão nº **035/2024**, tendo como contratada a "**RF ENGENHARIA E MEDICINA OCUPACIONAL LTDA'',** inscrita no CNPJ nº 45.778.252./0001-84**,** estabelecida na rua do Cruzeiro, nº 29, sala 106, bairro Centro, na cidade de Pará de Minas/MG, cujo objeto é a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO***.

CLÁUSULA SEGUNDA

A presente rescisão se faz necessária tendo em vista a descisão judicial nº 5015821-27.2024.8.13.0471.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através da presente rescisão, cessam todos os direitos e obrigações assumidas pelo Município em decorrência do Contrato acima epigrafado, ficando isento de qualquer obrigação posterior ou complementar, inclusive indenizações de quaisquer espécies, mas não isenta a contratada quanto a eventual sanção proveniente de processo administrativo.

O presente instrumento de Rescisão unilateral tem seus efeitos de direito ***com efeito retroativo a 01/11/2025.***

Pará de Minas/MG, 15 de dezembro de 2025.

Luiz Fernando de Lima

Vice-prefeito

MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS

Publicado por: Luciene Luzia Oliveira Melo
Código identificador: 16812

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
1.º ADENDO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025 – PRC Nº 262/2025

O pregoeiro do Município de Pará de Minas-MG, vem através deste informar a quem possa interessar, a proposição do **1.º Adendo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025 – PRC Nº 262/2025.** O Adendo encontra-se disponível na íntegra nos sites https://parademinas.mg.gov.br/licitacoes/, https://bbmnet.com.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Pará de Minas, 16 de dezembro de 2025.

Anderson José Guimarães Viana.

Pregoeiro

Publicado por: Rolando Silva Coelho
Código identificador: 16817

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTO DE PREÇOS Nº 0026/2025

Extrato Ata de Registo de Preços nº 0026/2025: Firmado entre o Município de Pará de Minas e AM SPECIAL LTDA. Objeto:FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, VISANDO ATENDER À DEMANDA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.

Vigência: 01 ano a contar do primeiro dia útil subsequente a sua divulgação no PNCP. Valor: R$ 11.509,40. Fundamento Legal: Lei 14.133/2021. Decreto Municipal n° 12.914/2023. Pregão 017/2025 - Processo nº 171/2025.

Pará de Minas, 16 de dezembro de 2025.

Luiz Fernando de Lima

Vice-prefeito

A Ata de Registro de Preços na integra estará disponível no portal https://transparencia.betha.cloud/#/AQhSgAbWDwORjcxY45lYVg==/consultas/61721

Publicado por: Luciene Luzia Oliveira Melo
Código identificador: 16818

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 7.229/2025

LEI Nº 7.229/2025

Aprova o Código de Ética e Condutas da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas-MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte lei, e eu, em nome do povo, a sanciono:

TÍTULO I

DO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTAS

DA GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, instituída por meio da Lei Complementar nº 6.812, de 10 de outubro de 2022, subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, de regime especial de hierarquia e disciplina, reger-se-á pelo presente Código de Ética e Condutas, visando atender especificamente o disposto no artigo 14 da Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Parágrafo único. O disposto nesta lei se aplica a todos os servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, incluindo os efetivos, contratados e os ocupantes de funções e confiança e de cargos em comissão.

Art. 2º O Código de Ética e Condutas da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, MG tem por finalidade:

I – especificar as transgressões disciplinares;

II – estabelecer às punições disciplinares;

III – coordenar o comportamento dos Guardas Civis Municipais;

IV – dispor sobre recursos e recompensas;

V – especificar deveres, proibições e direitos.

Paragrafo único. Para efeitos gerais, a Guarda Civil Municipal de Pará de Minas será designada por GCM/PM.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Ética Profissional

Art. 3º A Ética Profissional da GCM/PM expressa a missão, os valores, as normas e a conduta dos seus integrantes, garante a eficiência dos serviços prestados, e reafirma o compromisso de atuação responsável e transparente, tendo como principal pilar a credibilidade da Instituição perante a sociedade e o poder público.

Art. 4º Constituem fundamentos da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas:

I – civismo;

II – honra;

III – honestidade;

IV – dignidade humana;

V – cidadania;

VI – justiça;

VII – legalidade.

Art. 5º São deveres éticos e morais, emanados da base institucional da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, além daqueles deveres já previstos no Estatuto do Servidor Público do Município:

I – observar e cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens vigentes;

II – trajar o uniforme completo e usar corretamente os equipamentos e acessórios sob sua responsabilidade, zelando pela sua correta apresentação pessoal em público;

III – exercer o cargo com dignidade e respeito à coisa pública e aos valores e princípios da Constituição, agindo com boa fé, zelo e probidade;

IV - participar de atividades de formação, aperfeiçoamento ou especialização sempre que for determinado, e repassar aos seus pares informações e conhecimentos técnicos proporcionados pela Administração Municipal;

V – cumprir fielmente as ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

VI – prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas;

VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;

VIII - zelar pela guarda, economia e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho e do patrimônio público;

IX – propor à chefia imediata providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos;

X – zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletivo;

XI – ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas;

XII – manter-se atualizado sobre as normas municipais e sobre a estrutura organizacional da Administração Municipal;

XIII – atender às requisições para a defesa do Município, bem como às solicitações da Corregedoria da Guarda Civil Municipal e dos demais órgãos da Administração Municipal;

XIV – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo, da função ou do serviço, ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento do Corregedor da Guarda Civil Municipal para apuração;

XV – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso;

XVI – ser leal às instituições a que servir;

XVII – manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações;

XVIII – tratar com zelo e urbanidade o cidadão.

XIX– zelar pelos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos;

XX - agir de forma disciplinada, com respeito mútuo aos seus pares e superiores;

XXI – contribuir para a preservação da natureza e do meio ambiente;

XXII – manter um bom relacionamento com os órgãos e instituições de Segurança Pública, respeitando os limites de suas competências legais;

XXIII – proceder na sua vida pública e particular de forma ilibada;

XXIV – respeitar a integridade física, moral e psíquica de qualquer pessoa, demonstrando boa educação, além da necessária discrição em suas atitudes e palavras no trato com o cidadão;

XXV – agir sem discriminação de raça, convicção religiosa ou condição social, em respeito à dignidade humana;

XXVI – ter cuidados especiais com relação às postagens em redes sociais, principalmente quando relacionadas às atividades da Guarda Civil Municipal;

XXVII – não promover favorecimento pessoal em escalas de serviços, atividades e especialmente quando da aquisição de materiais ou serviços.

Art. 6º A honra, o sentimento do dever e a correção de atitudes impõem conduta moral e profissional ilibada ao integrante da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, que tem a obrigação de observar e cumprir as normas legais pertinentes ao cargo que exerce, em especial os deveres previstos nesta lei e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

Seção II

Da Hierarquia e da Disciplina

Art. 7º A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas.

§ 1º A hierarquia da Corporação deve observar a estrutura de comando onde existe uma cadeia de subordinados e superiores, que estabelece a ordem de precedência e obediência dentro da corporação, observada a estrutura atual vigente e as normas legais aplicáveis.

§ 2º A disciplina da Corporação manifesta-se pelo estrito cumprimento do dever legal, conforme as normas e padrões regulamentares, em todos os escalões, cargos e funções de todos os graus de hierarquia da GCM/PM.

§ 3º As ordens legais devem ser prontamente executadas pelos membros da Guarda Civil Municipal.

§ 4º Quando houver dúvidas sobre as ordens emanadas, elas devem ser esclarecidas no ato, não podendo o subordinado deixar de cumpri-las sob a alegação de ignorância ou dúvida.

§ 5º Quando a ordem importar em responsabilidade civil ou criminal para o executante, o mesmo poderá solicitar, por escrito, os esclarecimentos necessários ao seu total entendimento.

§ 6º Cabe ao executante, que exorbitar no cumprimento da ordem recebida, a responsabilidade pelos excessos e abusos que cometer.

Art. 8º São manifestações essenciais da disciplina:

I – a correção de atitudes;

II – a rigorosa observância das prescrições regulamentares;

III – a obediência às ordens dos superiores hierárquicos;

IV – a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da Instituição.

Parágrafo único. Tanto a disciplina quanto a hierarquia devem ser observadas e materializadas permanentemente pelos Guardas Civis Municipais da ativa e da inatividade.

Art. 9º Todo servidor da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas que se deparar com ato contrário à disciplina da instituição deverá adotar medida saneadora.

Art. 10. A camaradagem, como norma de convivência solidária e prestimosa, torna-se indispensável à formação e ao convívio institucional, propiciando a existência de boas relações sociais entre os agentes.

Parágrafo único. Incumbe ao superior hierárquico incentivar e manter a harmonia, solidariedade e amizade entre seus subordinados.

Seção III

Dos Sinais de Respeito e Tratamento

Art. 11. O sinal de respeito ou cumprimento deve ser obrigatoriamente prestado:

I – à Bandeira Nacional:

a) ao ser hasteada ou arriada em cerimônia cívico militar;

b) por ocasião da cerimônia de incorporação ou desincorporação, nas formaturas;

II – ao prefeito;

III – vice-prefeito

IV – ao secretário da pasta caso houver;

V – ao comandante da guarda civil municipal;

VI – autoridades da segurança pública;

VII – governadores, secretários e ministros de estado;

VIII– juízes e promotores de justiça.

Art. 12. São considerados sinal de respeito e cumprimento:

I – atitude: postura marcial, comportamento respeitoso e adequado às circunstâncias e ao ambiente;

II – continência;

III – aperto de mão.

Art. 13. Somente a lei poderá condicionar o exercício de direito, impor dever, prever infrações ou prescrever sanções.

Seção IV

Das Proibições

Art. 14. Ao Integrante da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas é proibido, além das proibições já previstas no Estatuto do Servidor Público do Município:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III – recusar fé a documentos públicos;

IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o quarto grau civil;

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X – recusar-se de atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

XI – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII – receber propina, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV – proceder de forma desidiosa;

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição, em serviços ou atividades particulares;

XVII – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

Seção V

Das Responsabilidades

Art. 15. O servidor da Corporação da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas poderá responder civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1º As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 2º Quando, no exercício de suas atribuições legais, o agente público, agir de forma irregular, truculenta e afins, o Comando da Guarda Civil ou qualquer cidadão poderão ofertar denúncia para averiguação e oitivas dos denunciados diretamente para a Ouvidoria da Guarda Civil Municipal.

Art. 16. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nessa qualidade.

Art. 17. A responsabilidade administrativa resulta de ato omisso ou comisso, doloso, praticado no desempenho do cargo ou função, ou fora do serviço, desde que, neste último caso, o fato comprometa a dignidade, a disciplina, a eficiência, ou o decoro da função pública, ou prejudique a eficiência do serviço ou cause dano à administração.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada, no caso de absolvição, por meio de decisão final da justiça criminal, que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 18. Tratando-se de dano causado a terceiros, a Fazenda Pública promoverá ação regressiva contra o integrante da Guarda Civil Municipal, nos casos em que este agir com dolo.

Seção VI

Do Comportamento e da Avaliação de Conduta

Art. 19. Ao ingressar no Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, o servidor será classificado no comportamento “bom”.

Parágrafo Único. Os atuais integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal, na data da publicação desta lei, serão igualmente classificados no “bom” comportamento.

Art. 20. Para fins disciplinares e para os demais efeitos legais, o comportamento do servidor da Guarda Civil Municipal será considerado:

I – excepcional: quando, nos últimos 10 (dez) anos de efetivo serviço aferidos para fins de sua classificação, não tenha sofrido qualquer punição;

II – ótimo: quando, nos últimos 5 (cinco) anos de efetivo serviço aferidos para fins de sua classificação, tenha sido punido com, no máximo, 01 (uma) advertência;

III – bom: quando, nos últimos 2 (dois) anos de efetivo serviço aferidos para fins de sua classificação, tenha sido punido com, no máximo 2 (duas) advertências.

IV – insuficiente: quando, nos últimos 2 (dois) anos de efetivo serviço aferidos para fins de sua classificação, tenha sido punido com pelo menos, 3 (três) advertências ou 1 (uma) suspensão;

V – mau: quando no período de 02 (dois) anos, tenha sofrido mais de uma sanção de suspensão ou então tenha sofrido uma sanção de suspensão e 4 (quatro) advertências.

§1º O GCM que for classificado no mau comportamento por 02 (dois) períodos consecutivos responderá a Processo Administrativo Disciplinar para averiguação de sua conduta podendo, ao final, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa, ser penalizado.

§ 2º A reclassificação do comportamento dar-se-á, anualmente, ex officio, por ato do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal, de acordo com a data do termo de posse do servidor.

Art. 21. O Comandante, o Corregedor, o Subcomandante e o Ouvidor da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, por intermédio de uma Comissão, deverão elaborar relatório anual de avaliação disciplinar do seu efetivo a ser enviado ao Secretário da Pasta/Gabinete.

§ 1º Os critérios de avaliação terão por base a aplicação desta lei.

§ 2º A avaliação deverá considerar a totalidade das infrações e respectivas sanções correspondentes.

§ 3º Os critérios de avaliação serão definidos mediante Decreto específico, nos termos da lei.

Art. 22. Caberá Recurso de Classificação do Comportamento dirigido ao Secretário da Pasta para ulterior deliberação.

Parágrafo único. O recurso previsto no *caput* deste artigo deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, subsequente à data da publicação do ato impugnado e terá efeito suspensivo, devendo ser avaliado pelo Secretário da Pasta e deliberado no prazo de 15 (quinze) dias.

Seção VII

Das Recompensas

Art. 23. As recompensas constituem-se medidas de reconhecimento aos bons serviços, atos meritórios e trabalhos relevantes prestados pelo integrante da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas.

Art. 24. São recompensas da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas:

I – elogio;

II – nota meritória;

III – referencia elogiosa;

§ 1º Elogio é o reconhecimento formal da Administração às qualidades morais e profissionais do servidor da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, com a devida publicidade no Diário Oficial do Município e em Boletim Interno da Corporação e registro em prontuário.

§ 2º Nota Meritória é o reconhecimento da Guarda Civil Municipal à participação do servidor em ocorrência ou fato que demonstre suas qualidades, tais como a iniciativa, a coragem, a dedicação, o altruísmo ou o seu conhecimento profissional, com a devida publicidade em Boletim Interno e registro em prontuário.

§ 3º Referência Elogiosa é o registro em Boletim Interno da Corporação e registro em prontuário do servidor de citações ou informações de pessoas, autoridades ou entidades, que realcem os serviços por ele prestados, podendo ser transformada em Nota Meritória ou Elogio, a critério do Comandante da Guarda Civil Municipal.

§ 4º As recompensas previstas neste artigo serão conferidas por determinação do Secretário da Pasta após ouvido o Comandante Geral da Guarda Civil Municipal.

§ 5º As recompensas descritas nos incisos II e III deste artigo serão concedidas 01 (uma) vez por ano, em data a ser definida por decreto.

TÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Art. 25. Entende-se como infração disciplinar qualquer violação aos princípios éticos, descumprimento de deveres ou transgressões às proibições por membros da Guarda Civil Municipal, previstos nesta lei, em seu regulamento e legislação correlata aplicável.

Art. 26. As infrações, quanto à sua natureza, classificam-se em:

I – leves;

II – médias;

III – graves;

IV – gravíssima.

Art. 27. São infrações disciplinares de natureza leve, com penalidade de Advertência por escrito, ações ou omissões violadoras dos princípios éticos, dos deveres e das proibições do Guarda Civil Municipal, adiante especificadas, passíveis de sanção disciplinar:

I – apresentar-se com cabelo e barba fora do padrão estabelecido em regulamento ou com fardamento sujo ou amarrotado, coturnos sujos e ou estragados e ausentes elementos mínimos de asseio;

II – apresentar-se com vestimenta e acessórios não condizentes com a dignidade da instituição;

III – deixar de encaminhar documento no prazo legal, ou deixar de elaborar e entregar ou comunicar, ao término de sua jornada de serviço, o relatório diário, boletim de ocorrências simplificado ou boletim de ocorrências, quando lhe competir;

IV – deixar de preencher o controle de anotações dos materiais a serem pagos pelo intendente, (rádio, armamento autorizado, etc.) bem como deixar de preencher o *check list* das viaturas;

V – representar a instituição em qualquer ato sem estar autorizado;

VI – deixar de devolver à instituição uniforme, acessório, equipamento ou qualquer outro material que esteja sob posse do servidor, que necessitar de troca, reparo ou quando se desligar da Guarda Civil Municipal.

VII – fazer a manutenção, reparo ou tentar fazê-lo, de material ou equipamento que esteja sob sua responsabilidade, sem a devida autorização do superior hierárquico;

VIII – ao fazer “ponto base”, deixar de desembarcar da viatura.

IX – deixar de zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização;

X – fumar no interior de viaturas ou em local não permitido;

XI – fazer uso contínuo de aparelho celular, fones de ouvido e/ou similares em serviço;

XII – ficar tempo superior ao destinado para refeições;

XIII – usar gírias, termos ou qualquer outra forma de comunicação descortês para com seus pares, subordinados, superiores e público em geral;

XIV – afastar-se, ainda que momentaneamente, sem justo motivo, do local em que deva se encontrar por força de ordens ou escalas de serviço, ou, chegar atrasado no serviço sem comunicar em tempo hábil o superior hierárquico, salvo motivo legalmente justificado;

XV – negar assumir viatura durante o serviço, seja de duas ou quatro rodas, ao qual foi escalado para trabalhar, sem a devida justificativa.

XVI – ter conduta, em sua vida privada, que repercuta negativamente na dignidade da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas.

XVII – permutar serviço sem permissão da autoridade competente;

XVIII – deixar o subordinado de cumprimentar superior hierárquico, uniformizado ou não, bem como o superior hierárquico de responder ao cumprimento;

XIX – deixar de usar cobertura em local aberto;

XX – negar-se a receber uniforme, equipamentos ou outros objetos que lhe sejam destinados, ou que devam ficar em seu poder, salvo nos casos em que estes não condizerem com o padrão exigido para o exercício da função;

XXI – deixar de comunicar ao superior imediato ou, na sua ausência, a outro superior, informação sobre perturbação da ordem pública, logo que dela tenha conhecimento;

§ 1º A revista da Guarda será feita diariamente entre as trocas de turno pelo Comandante de Policiamento.

§ 2º A apresentação pessoal da guarda feminina envolve cuidados com o uniforme sempre limpo e bem passado, higiene pessoal e um visual discreto e profissional, que combine com a identidade da instituição.

§ 3º A suspensão de 1 (um) a 15 (quinze) dias será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência.

Art. 28. São infrações disciplinares de natureza média, com penalidade de Suspensão de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias, ações ou omissões violadoras dos princípios éticos dos deveres e proibições do Guarda Civil Municipal, as adiante especificadas, passíveis de sanção disciplinar:

I – apresentar-se ao trabalho sem observar as normas regulamentadoras quanto aos procedimentos, missões e atrasos quanto ao render turno.

II – deixar de cumprir cartões programas, ordens de serviços, retardar serviço ou ordem legal, ou ainda, incitar o descumprimento de ordem legal, verbal ou escrita, determinadas por superior hierárquico e autoridades competentes;

III – proceder de forma desidiosa;

IV – perder uniforme ou parte dele, acessório, equipamento, instrumento ou qualquer material que esteja sob sua responsabilidade;

V – conduzir veículo da instituição da unidade competente da Guarda Civil Municipal sem estar devidamente autorizado ou uniformizado.

VI – assumir compromisso pela unidade da Guarda Civil Municipal que comanda ou em que serve, sem estar autorizado;

VII – sobrepor ao uniforme oficial insígnias de sociedades particulares, entidades religiosas ou políticas ou, ainda usar indevidamente medalhas ou condecorações;

VIII – dirigir veículo da Municipalidade com negligência, imprudência ou imperícia;

IX – dormir em serviço, salvo quando autorizado;

X – responder por qualquer modo desrespeitoso a servidor da Guarda Civil Municipal com função superior, igual ou subordinada, ou a qualquer pessoa, por qualquer meio;

XII – maltratar animais;

XIII – expor-se em redes sociais de forma desabonadora à dignidade da instituição;

XIV – transportar pessoal ou material na viatura que esteja sob seu comando ou responsabilidade, sem autorização da autoridade competente;

XV – faltar, sem motivo justificado, a serviço de que deva tomar parte;

XVI – deixar de punir o infrator da disciplina;

XVII – dificultar o trabalho de servidor da Guarda Civil Municipal em função da apresentação de recurso ou o exercício do direito de petição manifestamente protelatórios;

XVIII – dar ordem ilegal ou claramente inexequível;

XIX – deixar de justificar disparo de armamento de uso autorizado/regulamentado no livro de controle ou boletim de ocorrência simplificado, caso não configure ação mais grave;

XX – extraviar ou danificar documentos ou objetos pertencentes à Fazenda Pública;

XXI – coagir ou aliciar subordinado com objetivos de natureza político-partidária;

XXII – disparar acidentalmente arma de uso regular autorizado pelo Poder Público por inobservância do dever objetivo de cuidado;

Paragrafo único. A suspensão de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias será aplicada em caso de reincidência das infrações de natureza média.

Art. 29. São infrações disciplinares de natureza grave, com penalidade de suspensão de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, ação ou omissão violadoras dos princípios éticos dos deveres e proibições do Guarda Civil Municipal, as adiante especificadas, passíveis de sanção disciplinar:

I – desempenhar inadequadamente suas funções de modo intencional;

II - deixar de assumir a responsabilidade por seus atos ou pelos atos praticados por integrante da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas em função subordinada que agir em cumprimento de sua ordem;

III – encontrar-se durante o trabalho em estado de embriaguez ou hálito etílico ou sob o efeito de substâncias tóxicas entorpecentes ou que gere dependência química no exercício das atividades funcionais;

IV – disparar arma de fogo, desnecessariamente;

V – deixar de comunicar ato ou fato irregular de natureza grave que presenciar;

VI – emprestar, ceder e dispor de maneira incorreta qualquer material de uso exclusivo da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas para pessoas que não pertençam aos seus quadros funcionais;

VII – praticar ato lesivo contra a honra e a dignidade de qualquer pessoa, inclusive da Administração Pública, mediante ofensas escritas, verbais ou físicas, salvo na hipótese de legítima defesa, própria ou de outrem;

VIII – veicular notícias falsas, faltar com a verdade ou distorcer fatos, em prejuízo da atividade funcional, da ordem, da disciplina e da dignidade da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas;

IX – deixar de comparecer, sem motivo justificável, a ato processual de natureza administrativa disciplinar, quando regularmente intimado pela autoridade competente;

X – ofender, provocar ou desafiar servidor da Guarda Civil Municipal que exerça função superior com palavras, gestos ou ações;

XI – violar sigilo, revelando dolosamente assunto de que tenha conhecimento em razão de cargo ou função;

XII – promover ou instigar a desordem em grupos de aplicativos ou qualquer outro meio que possam concorrer para ferir a disciplina ou a hierarquia ou comprometer a segurança;

XIII – danificar, intencionalmente, documentos ou objetos pertencentes ao Município de Pará de Minas;

XIV – exercer a advocacia administrativa;

XV – simular doença com a finalidade de obter dispensa do trabalho;

XVI – encaminhar documento a superior hierárquico comunicando infração disciplinar inexistente;

XVII – manifestar-se de forma desrespeitosa, pela imprensa ou qualquer outro canal de comunicação, aos superiores hierárquicos, em desrespeito ao dever de lealdade à Guarda Civil Municipal de Pará de Minas e à Administração Pública Municipal;

XVIII – promover ato de convencimento contra as normas da instituição ou de caráter político, realizando propaganda político-partidária no exercício da atividade funcional;

XIX – causar danos ao erário em razão de conduta dolosa;

XX – contribuir para que pessoas detidas conservem em seu poder, objetos não permitidos;

XXI – violar ou tentar violar qualquer repartição da Guarda Civil Municipal de Pará de Minas, sem motivo justificado;

XXII – usar expressões que atentem contra a raça, religião, credo ou orientação sexual;

XXIII – empregar armamento letal ou IMPO - Instrumento de Menor Potencial Ofensivo sem atendimento aos parâmetros legais;

Paragrafo único. A reincidência de infrações de natureza grave acarretará a penalidade de demissão.

Art. 30. São infrações disciplinares de natureza gravíssimas, com penalidade de demissão, ações ou omissões violadoras dos princípios éticos e dos deveres e proibições do Guarda Civil Municipal, as adiante especificadas, passíveis de sanção disciplinar:

I – praticar ou se associar a outrem para a prática de crimes tipificados como tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins, crimes hediondos ou equiparados, crimes contra a administração pública, a fé pública, a ordem tributária, o sistema financeiro e segurança nacional.

II – cometer crime contra a vida e/ou efetuar disparos de arma de fogo de modo intencional contra qualquer pessoa, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 23 do Código Penal Brasileiro;

III – violar local de sinistro ou local de crime;

IV – praticar violência física, envolver em vias de fato, em serviço ou em razão dele, contra servidores ou particulares, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 23 do Código Penal Brasileiro;

V – praticar corrupção;

VI – praticar ato de improbidade;

VII – praticar ato de indisciplina ou de insubordinação grave que se manifeste por meio de ofensas ou ameaças ao superior hierárquico mediante a utilização de palavras escritas, verbais ou por gestos;

VIII – lesar e/ou dilapidar o patrimônio e/ou os cofres públicos;

IX – receber, exigir ou solicitar propinas, comissões ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão delas;

X – conceder vantagens ilícitas, valendo-se da função pública.

XI – Praticar roubos ou furtos de pertences de pessoa abordada.

XII – praticar usura sob qualquer de suas formas,

XIII – sofrer condenação penal, irrecorrível a pena de reclusão por mais de 02 (dois) anos ou de detenção por mais de 04 (quatro) anos;

XIV – trabalhar portando arma de fogo de uso pessoal sem autorização expressa em lei.;

XV – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XVI – materializar conduta definida como abuso de poder nos termos da legislação aplicável à espécie, salvo em hipótese caracterizada como excludente de ilicitude;

XVII – praticar assédio sexual ou moral;

XVIII – ameaçar, induzir ou instigar alguém a prestar declarações falsas em procedimento penal, civil ou administrativo;

XIX – aliciar, ameaçar ou coagir parte, testemunha e perito que seja parte ou atue em processo administrativo ou judicial;

XX – disparar arma de fogo com vítima, observadas as excludentes de ilicitude;

XXI – portar arma de fogo em estado de embriaguez ou sob efeito de droga ou medicamento que provoque a alteração de seu desempenho intelectual ou motor vindo a causar danos a outrem;

XXII – omitir em documento público ou particular, informação que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir informação falsa ou diversa da que devia constar, ou criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante;

XXIII – suprimir a identificação do uniforme ou se utilizar de meios ilícitos para dificultar sua identificação;

XXIV – praticar ato de incontinência pública e escandalosa ou se dar a vício de jogos proibidos quando em serviço;

CAPÍTULO II

Da APURAÇÃO DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 31. Não haverá aplicação de penalidade disciplinar quando for reconhecida qualquer causa de justificação.

Parágrafo único. São consideradas causas de justificação:

I – ter havido motivos de emergência, estado de calamidade pública ou em caso de força maior, plenamente comprovados e justificados.

II – ter sido cometida a transgressão:

a) na prática de ação meritória, em estado de necessidade;

b) em legítima defesa própria ou de outrem;

c) sob coação irresistível;

d) em estrita obediência a ordem superior, desde que não manifestamente ilegal.

Art. 32. Na apuração das sanções disciplinares, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e para a Guarda Civil Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 1º O Corregedor, sem modificar a descrição do fato contida no ato de instauração, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

§ 2º A aplicação das sanções disciplinares previstas nesta lei deverá ser precedida do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal sem prejuízo do afastamento de suas funções, sem prejuízo da remuneração, na forma declinada no Estatuto do Servidor Público do Município.

§ 3º Observados a conveniência do serviço e o interesse público, o integrante da Guarda Civil Municipal que sofrer punição disciplinar de advertência ou suspensão, poderá ser submetido a programa reeducativo.

§ 4º As sanções disciplinares aplicadas ao servidor deverão ser registradas em seus assentamentos funcionais, observadas as prescrições desta lei.

Art. 33. São circunstâncias atenuantes:

I – o comportamento do servidor estar classificado, no mínimo, como "bom".

II – ter o servidor prestado relevantes serviços para a Guarda Civil Municipal, formalizadas pelas recompensas (Elogio; Nota Meritória e Referência Elogiosa).

III – ter o infrator procurado diminuir as consequências da infração antes da punição, reparando os danos.

IV – ter sido cometida a infração:

a) para evitar mal maior;

b) em defesa própria de seus direitos ou de outrem, desde que não constitua causa de justificação;

c) por motivo de relevante valor social.

Art. 34. São circunstâncias agravantes:

I – o comportamento do servidor estar classificado como “insuficiente” ou “mau”;

II – prática simultânea ou conexão de 02 (duas) ou mais infrações;

III – conluio de 02 (duas) ou mais pessoas;

IV – cometimento da transgressão:

a) durante a execução de serviço ou uniformizado;

b) em presença de subordinado;

c) com abuso de autoridade hierárquica ou funcional;

d) com premeditação;

e) em presença de público ou de seus pares;

f) com induzimento de outrem à coautoria;

g) utilizando armamento, equipamento ou veículo da Municipalidade.

§ 1º Verifica-se a reincidência quando o servidor cometer nova infração depois de haver transitado em julgado a decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior.

§ 2º Dá-se o trânsito em julgado administrativo quando a decisão não comportar mais recurso.

§ 3° As punições canceladas ou anuladas não serão consideradas para fins de reincidência.

§ 4º Na pratica de uma ou mais infrações decorrentes do mesmo ato, aplicar-se-á a infração de maior natureza.

§ 5º A reincidência será considerada pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data do trânsito em julgado da decisão que proferiu a penalidade.

Capítulo III
DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 35. A ação disciplinar prescreverá na forma declinada no Estatuto do Servidor Público do Município de Pará de Minas.

Art. 36. O prazo prescricional começa a correr da data em que o ato ou conduta caracterizada como infração disciplinar se tornou conhecido.

Parágrafo único. Não estando o servidor no efetivo exercício do cargo público, a contagem do prazo prescricional será interrompida até o seu retorno.

Art. 37. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 1º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 2º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

§ 3º Se houver a necessidade de se aguardar o julgamento do servidor na esfera penal ou em procedimento regido pela Lei federal nº 8429 de 2 de junho de 1992, após ser instaurado o procedimento disciplinar, este poderá ser sobrestado, permanecendo suspenso o curso da prescrição até o trânsito em julgado da sentença proferida em procedimento judicial.

§ 4º A autoridade sindicante, a processante ou aquela incumbida de aplicar a pena será responsabilizada se der causa à prescrição de que trata esta lei.

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

CAPÍTULO I

DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Art. 38. Os procedimentos administrativos, bem como os prazos, competências, tipos de procedimentos, recursos e prazos prescricionais serão os dispostos na Lei Municipal 5264/2011 ou outra lei que vier a substituí-la.

Art. 39. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 11 de dezembro de 2025.

Débora Faria Castro

Procuradora Geral do Município

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16789

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

PORTARIA Nº 24.508/2025

PORTARIA Nº 24.508/2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal da Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Pará de Minas – ARSAP, para o mandato 2026–2028.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 5.927, de 23 de junho de 2016, que institui a Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Pará de Minas – ARSAP e dispõe sobre sua estrutura organizacional;

CONSIDERANDO o Regimento Interno da ARSAP;

CONSIDERANDO o resultado da eleição realizada em 09 de dezembro de 2025, na sede da ARSAP, para escolha dos representantes da sociedade civil organizada;

CONSIDERANDO o Ofício nº 48/2025/ARSAP, que solicita a expedição de portaria para nomeação dos novos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal para o mandato 2026–2028;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Administrativo da ARSAP, para o mandato 2026–2028, assim constituído:

I – Conselheiros eleitos pela sociedade civil organizada:

Alexandre Machado de Oliveira – ASCIPAM (Titular)

Eduardo de Almeida Leite – ASCIPAM (Suplente)

Edmilson Santos Almeida – AEAPAM (Titular)

Diego de Oliveira Costa – AEAPAM (Suplente)

Márcia Aparecida de Melo – ASFRAN (Titular)

Mario Justino da Silva – UNASCO (Suplente)

II – Conselheiros indicados pelo Chefe do Poder Executivo:

Israel Bernardes – Desenvolvimento Urbano (Titular)

Agatha Christie dos Santos Gonzaga – Desenvolvimento Urbano (Suplente)

Mariane Márcia da Silva Faria – Secretaria Municipal de Obras (Titular)

Júlio César Ferreira de Paula – Secretaria Municipal de Obras (Suplente)

Marcilia da Piedade Silva Rios – Secretaria Municipal de Educação (Titular)

Paula Cristina Rodrigues – Secretaria Municipal de Educação (Suplente)

Renato de Faria Guimarães – Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Titular)

Dayse Regina de Alcantara Teófilo Araújo – Defesa Civil (Suplente)

Art. 2º Ficam nomeados os membros do Conselho Fiscal da ARSAP, para o mandato 2026–2028, assim constituído:

I – Conselheiros eleitos pela sociedade civil organizada:

Roberto Eustáquio Neves – OAB (Titular)

Lucas Marques Mascarenhas – CODEMA (Suplente)

Ednei Magela Duarte – CDL (Titular)

Lucimar Aparecido de Almeida – CDL (Suplente)

Marcelo Henrique Sabino Pereira – CREA (Titular)

Jackson Richard Lopes Marinho – CREA (Suplente)

Art. 3º O exercício das funções de Conselheiro Administrativo e de Conselheiro Fiscal será considerado de relevante interesse público, não sendo remunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16790

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 7.231/2025

LEI Nº 7.231/2025

Dispõe sobre a criação e atualização do regramento legal do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana do Município de Pará de Minas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte lei, e eu, em nome do povo, a sanciono:

Art. 1º Fica criado e atualizado, no âmbito do município de Pará de Minas, o Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana, órgão de controle social da gestão da política de trânsito e transporte do Município, fiscalizador e de caráter deliberativo, respeitando os aspectos legais de sua competência.

Art. 2º O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito do Município de Pará de Minas fica vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 3º Poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana, para fins de deliberação e recomendação técnica, solicitações relativas a sinalização viária e a matérias de maior relevância e impacto social relacionadas ao trânsito e a mobilidade urbana, desde que:

I – tenha sido materializado parecer técnico fundamentado da área de engenharia de trânsito, atestando além da legalidade a viabilidade da submissão do tema à deliberação social;

II – tenha sido proferida decisão administrativa do Órgão Executivo Municipal de Trânsito, por intermédio da Autoridade de Trânsito, validando o encaminhamento do tema ao Conselho;

III – tenham sido observadas as atribuições e competências do Órgão Executivo Municipal de Trânsito insertas na Lei Federal 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Consideram-se de maior relevância e impacto social, para os fins deste artigo, aquelas matérias que envolvam alterações significativas na circulação viária, reordenamento estrutural do trânsito urbano, implantação ou

modificação de corredores de transporte coletivo, ou intervenções com potencial de grande repercussão pública.

Art. 4º São competências do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana:

I – acompanhar e avaliar a política de trânsito e transporte do Município;

II – colaborar na elaboração da política municipal de trânsito e transporte, propondo normas e diretrizes de planejamento, implantação e operação do sistema viário, dos sistemas de transporte público, individual e coletivo, da circulação de pessoas e distribuição de bens e de pessoas;

III – fiscalizar e acompanhar a implantação da política municipal de trânsito e transporte;

IV – emitir pareceres sobre as políticas de transportes e circulação no Município, de forma a subsidiar as decisões do Poder Executivo;

V – acompanhar a gestão dos serviços de transporte público municipal, auxiliando na avaliação de desempenho dos operadores do sistema, bem como dos respectivos contratos de permissão para execução e exploração dos serviços, conforme determinações da legislação e regulamentação vigentes;

VI – acompanhar e fiscalizar regularmente a prestação dos serviços de transporte público coletivo e individual, em todas as suas modalidades, como também as ações das Operadoras de Tecnologia de Transporte Credenciadas – 0TTC´s, observada a legislação de regência;

VII – convocar técnicos e especialistas da iniciativa privada ou de qualquer órgão da Administração Municipal, quando julgar necessário, para discutir questões relativas ao transporte, à circulação e ao planejamento urbano, democratizando as decisões e as informações sobre as políticas públicas;

VIII – constituir grupos técnicos ou comissões especiais, temporárias ou permanentes quando julgar necessário, para o pleno desempenho de suas funções;

IX - elaborar o Regimento Interno do Conselho, estabelecendo as normas para o seu funcionamento, o qual será aprovado pela maioria de seus membros;

X – participar das discussões sobre as políticas tarifárias dos serviços de transporte público municipal;

XI – acompanhar e dar sugestões sobre a coordenação de estudos e novos projetos de alterações do sistema viário do município envolvendo plano de circulação, análise de capacidade viária, segurança de trânsito, controle de tráfego, circulação de pedestres, moderação de tráfego, definição de uso do espaço viário e projeto viário;

XII – receber, analisar e emitir parecer sobre solicitações diversas que impliquem na adoção de medidas relativas ao transporte e trânsito na circunscrição do Município de Pará de Minas, observadas as prescrições legais de regência;

XIII – receber, analisar e emitir parecer sobre as solicitações de instalação de dispositivos de sinalização vertical e horizontal, observadas as prescrições legais e o disposto no artigo 3º desta lei.

XIV – demais atividades correlatas.

§ 1º O Conselho deve promover campanhas permanentes de educação e conscientização no trânsito, apoiando o órgão executivo na difusão de valores de segurança, respeito e convivência pacífica entre todos os usuários das vias.

§2º O Conselho deverá promover a articulação entre órgãos públicos, entidades civis e a comunidade, criando canais de participação popular.

§3º O Conselho elaborará relatórios anuais de desempenho e recomendações ao Executivo Municipal.

Art. 5º O Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana será integrado pelos seguintes membros, paritariamente:

I – 01 (um) representante Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

II – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

III – 01(um) representante de órgão relacionado à segurança pública;

IV – 01(um) representante da Guarda Civil Municipal;

V – 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada;

§1º Cada membro do Conselho contará com seu respectivo suplente.

§2º Os integrantes do Conselho serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º As atividades do Conselho serão coordenadas por uma Comissão Executiva, composta por 03 (três) membros, designados como Presidente, Vice-Presidente e Secretário (a) do Conselho.

§1º O mandato da Comissão Executiva será de 01 (um) ano, não sendo possível recondução.

§2º Os membros do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana elegerão seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 7º As reuniões ordinárias do Conselho ocorrerão no máximo a cada 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas mediante solicitação da maioria dos Conselheiros ou da Autoridade de Trânsito Municipal.

Art. 8º As reuniões do Conselho deverão ser instaladas com a presença de metade mais 1 (um) de seus membros.

§1º As reuniões terão convocação por escrito ou via correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para as reuniões ordinárias e 48 (quarenta e oito) horas para as extraordinárias.

§2º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§3º Os recursos contra as deliberações do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana deverão ser protocolados em até 15 (quinze) dias após a data da publicação da Ata da Reunião, sendo o recurso apreciado e julgado pelos conselheiros na reunião subsequente.

§4º Os membros do Conselho ficarão impedidos de votar nas deliberações que versem sobre solicitações por eles formuladas ou em que possam ter interesse direto ou imediato.

§5º As reuniões do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana serão públicas, a elas podendo comparecer qualquer interessado, que poderá se manifestar a critério do Presidente do Conselho, para apresentar sugestões, fundamentar ou justificar solicitação.

§6º Os assuntos e deliberações de todas as reuniões do Conselho serão registrados em ata e publicados no Diário Oficial do Município e/ou em outros canais de comunicação e transparência do Poder Executivo.

§7º As reuniões do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana ocorrerão na sede da Prefeitura Municipal de Pará de Minas, 3° andar, em horário previamente designado.

§8º A pauta da reunião do Conselho será disponibilizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para os Conselheiros.

Art. 9º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, não sendo permitida a recondução.

§1º Os conselheiros que faltarem a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) alternadas, sem justificativa, terão seus nomes encaminhados às entidades ou órgãos participantes para que ofertem novos nomes para comporem a representação da entidade ou órgão perante o Conselho.

§2º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros o órgão ou entidade que proceder à indicação deverá indicar um novo membro antes da próxima reunião.

Art. 10. Os Conselheiros do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana não serão remunerados nem receberão qualquer importância, gratificação, bonificação ou qualquer outra espécie de remuneração.

Art. 11. A Administração Municipal deverá fornecer ao Conselho os meios necessários para o seu funcionamento.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei, por decreto, no que for necessário.

Art. 13. Revogam-se as Leis Municipais nºs 6.745/2022, 7.011/2024 e 7.085/2024.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Débora Faria Castro

Procuradora Geral do Município

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16791

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 7.234/2025

LEI Nº 7.234/2025

Acrescenta o § 5º ao artigo 2º da Lei Municipal nº 6.839/2023, que institui o Banco de Rações para Animais no Município de Pará de Minas.

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte lei, e eu, em nome do povo, a sanciono:

Art. 1° O art. 2º da Lei nº 6.839, de 8 de fevereiro de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5°:

"*Art. 2° (...)*

§ 5° Fica o Município autorizado a realizar a aquisição de rações e demais insumos necessários ao cumprimento de suas finalidades, na hipótese de transferência de recursos decorrentes de emendas parlamentares destinadas ao custeio da causa animal, no limite do valor repassado, observando a legislação aplicável à execução orçamentária financeira."

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Débora Faria Castro

Procuradora Geral do Município

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16792

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.507/2025

PORTARIA Nº 24.507/2025

Dispõe sobre designação de servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal.

O PREFEITO DE PARÁ DE MINAS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração, especialmente designados;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam designados, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos municipais abaixo descritos, para exercerem as funções de gestor e fiscal de contrato, referente ao processo licitatório PRC n.º 254/2023, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada em Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para prestação de atividades e composição de SESMT – Serviços Especializados Em Engenharia De Segurança e em Medicina Do Trabalho (NR-04) –, elaboração, implementação, administração e execução do PCMSO – Programa de Controle médico de Saúde Ocupacional (NR-07), do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR-01), do Programa de Proteção Respiratória – PPR, do Programa de Controle Auditivo – PCA, do Programa de Prevenção e Combate a Incêndio – PPCI, do LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais –, eSocial – Disponibilizar os arquivos com os dados necessários e alimentar o sistema eSocial com as informações relativas à segurança e saúde do trabalhador, treinamento nas Normas Regulamentadoras de acordo com a necessidade exigida para cada atividade, emissão do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional – Admissional / Periódico / Retorno ao Trabalho / Mudança de Função / Demissional, preenchimento do CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, elaboração do laudo de Ergonomia (NR-17) e do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário (INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022 e suas alterações), e demais exigências previstas em Lei Municipal específica, para todos os empregados da Prefeitura Municipal de Pará de Minas. ", com vigência de 12 meses consecutivos.

FISCAIS:

Matheus Felipe Costa Pascoal – Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

Leandro Ferreira Pereira – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Melina Laila Duarte – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Itamar Renato da Silva - Secretaria Municipal de Educação

Armando Silva Mendes - Secretaria Municipal de Educação

Fernanda Cristina Barbosa - Secretaria Municipal de Agronegócio, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

André Luiz Silva Lage Chaves – Secretaria Municipal de Saúde

Viviam Tagliaferri Meneses Almeida – Secretaria Municipal de Saúde

Sérgio Pereira Soares Maia – Secretaria Municipal de Saúde

Márcia Cristina Melo Silva – Secretaria Municipal de Saúde

Ramon Santos Prates – Secretaria Municipal de Gestão Pública

Walmir de Souza Leroy – Secretaria Municipal de Gestão Pública

GESTORA:

Marcela Marinho Cunha Mendonça

Art. 2º – Os serviços prestados pelos membros desta Portaria serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16794

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.512/2025

PORTARIA Nº 24.512/2025

Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito do Município de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, incisos VI e IX, combinado com o art. 107, inciso II, alínea "a" todos da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 46, inciso II, do Estatuto do Servidor Público, Lei Municipal 5.264/2011.

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 12984/2025;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a seu pedido, **Nelson Eustáquio Dias Júnior**, matrícula nº 26.880, do cargo comissionado de **Diretoria de Esporte e Lazer,** lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, a partir de 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 15 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16795

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.506/2025

PORTARIA Nº 24.506/2025

Dispõe sobre férias prêmio.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 79, inciso VI e IX, e art. 107, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 64, § 5º, da Lei nº 5.264/2011;

Considerando o requerimento protocolado sob o nº PRO.12340/2025;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a **Adão Dias Ferreira**, ocupante da função de **Agente de Combate às Endemias,** matrícula 20.817, o gozo de 03 (três) meses de férias prêmio – referente ao 1º período adquirido, a partir de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretária Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16796

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.505/2025

PORTARIA Nº 24.505/2025

Institui Comissão para Chamamento Público.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; bem como o art. 11, §1º da Lei Federal 9.790/1999;

Considerando o Ofício nº 434/2025 da Secretaria M. de Esporte, Lazer e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º – Institui Comissão de Contratação de Chamamento Público para atuar no PRC nº 287/2025; cuja finalidade é o Patrocínio do Evento: “Jogos abertos fase municipal a se realizar nos dias 02 fevereiro a 23 de março de 2026, os quais, serão realizados em diversas quadras poliesportivas de Pará de Minas, e também, no Parque do Bariri.

Art. 2º – Ficam designados os seguintes membros para comporem esta comissão:

- Alexandre Moreno Valverde Amorim – Presidente

- Karina Maciel Araújo – Secretária

- Maria da Penha Mendes Geraldo – Membro

Art. 3º – Os serviços prestados pelos membros da Comissão serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16799

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.509/2025

PORTARIA Nº 24.509/2025

Dispõe sobre designação de servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal.

O PREFEITO DE PARÁ DE MINAS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração, especialmente designados;

Considerando o pedido descrito no Ofício nº 059/2025 da Secretaria M. de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam designados, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos municipais abaixo descritos, para exercerem as funções de gestor e fiscal de contrato, referente ao processo licitatório PRC n.º 372/2025, Pregão Eletrônico nº 055/2025; cujo objeto é a "Fornecimento de gêneros alimentícios", com vigência de 12 meses consecutivos.

FISCAIS:

- **Secretaria Municipal de Educação:** Silenir Maria de Oliveira Parreiras, Hugo Eduardo Pereira dos Santos, Alan Rodrigues Costa, Sabrina Flávia da Conceição Pereira, Izabela Aparecida Lima Faria Assis, Dielia Soares Pena, Luciana Xavier Duarte, Maura Lúcia de Faria, Mônica Mendes Villaça Marinho, Giovana de Oliveira Drumond, Hermelinda Aparecida Pereira Reis, Carla de Almeida Silva, Cíntia Aparecida Duarte Pena, Eliane Aparecida dos Reis, Fábia Almeida Ferreira Gomes, Silésia Maria Braga, Alessandra Ap. de Souza Batista, Lívia Nascimento Tibúrcio, Irene da Conceição Alves, Vânia Batista Gonçalves Vitor, Maria Cláudia de Carvalho, Letícia de Cassia Oliveira, Rejane Kátia Duarte de Oliveira, Joelma Fonseca Araújo Lemos, Tiago Reginaldo Lemos Santos, Flávia C. Azevedo Diniz, Claudirene Carvalho Santos Martins, Ana Maria Alves, Simone Gomes Ribeiro, Carla de Souza Mota, Isabel Cristina da Silva, Ingrede Franciele de Souza, Dênis Carlos da Rocha, Valéria Nazaré Diogo O. Ferreira, Carmensita Maria Batista, Cláudia Ermelinda da Silveira, Marli Soares Valadares, Clerislena Ferreira Lara Rocha
  Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: Pedro Gottschalg Duarte
  Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social: Eliane Maria Garcia Carvalho
  Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo: Juliana Aparecida de Souza, Elisabete Ribeiro da Silva
  Secretaria Municipal de Saúde: Kássia de Almeida Pereira
  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Velório Municipal: João Aparecido Américo
  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Departamento de Trânsito: Josiane Cristina Ferreira
  Secretaria Municipal de Agronegócio, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente: Renato de Faria Guimarães
  Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação Institucional: Maria Amália de Arruda Campos e Santos
  Secretaria Municipal de Gestão Pública: Alex Vagner da Costa, Daniel Aparecido Rosa
  Gabinete do Prefeito, Defesa Civil e Guarda Civil Municipal: Thiago Santos Oliveira

GESTORA:

Daiane Carla Gomes – Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º – Os serviços prestados pelos membros desta Portaria serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Pará de Minas, 15 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16800

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
LEI COMPLEMENTAR Nº 7.232/2025

LEI COMPLEMENTAR Nº 7.232/2025

Promove alterações na redação da alínea d do inciso IV da Tabela XIII – Taxa de Licença da Lei Complementar 6.124/2017 (Código Tributário Municipal).

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte lei, e eu, em nome do povo, a sanciono:

Art. 1º A alínea "d" do inciso IV da Tabela XIII da Lei Municipal Complementar 6.124/2017, que institui do Código Tributário do Município de Pará de Minas, com a seguinte redação:

TABELA XIII – TAXA DE LICENÇA

[…]

IV – Ocupação de áreas ou espaços em vias e logradouros públicos abertos e espaço públicos fechados:

[…]

d) Outras formas de ocupação em vias públicas que não possam ser enquadrados nos itens anteriores, nas quais a taxa será incidente em parcela única, conforme o porte ou área ocupada, observando o enquadramento das seguintes categorias:

Classificação da Ocupação	***Descrição***	***Valor (R$)***
Pequena Monta	*Ocupações de área reduzida ou estruturas leves, de até 10 m², como pequenas barracas, quiosques móveis ou similares.*	*R$ 100,00*
Média Monta	*Ocupações intermediárias, com área acima de 10 m² a 50 m², como estruturas fixas temporárias, estandes, trailers ou similares.*	*R$ 500,00*
Grande Monta	*Ocupações de grande porte ou impacto, com área superior a 50 m², como palcos, estruturas metálicas, instalações de eventos ou similares.*	*R$ 1.000,00*

O enquadramento do porte da ocupação será efetivado pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, mediante análise do pedido de licença, com base na metragem, tipo de estrutura e tempo de utilização do espaço público, incidindo a taxa desta alínea por evento ou instalação autorizada, independentemente do número de dias, observadas as condicionantes do regulamento próprio.

Art. 2º *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observados os princípios da anterioridade e noventena previstos nas alíneas "b" e "c" do inciso III do artigo 150 da Carta da República.*

Pará de Minas, 12 de dezembro de 2025.

Débora Faria Castro

Procuradora Geral do Município

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16801

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 14.187/2025

DECRETO Nº 14.187/2025

==========

Abre Crédito Suplementar no valor de R$35.000,00

às Dotações Orçamentárias do Órgão que aqui menciona.

O Prefeito Municipal de Pará de Minas, no uso de atribuições que lhe confere o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, e, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso III da Lei Municipal (LOA) nº 7.092/2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) às seguintes dotações orçamentárias do órgão abaixo mencionado:

01- LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL R$35.000,00

01.031.0001.4021 – 4.4.90.51– 44 20.000,00

01.031.0001.4004 – 3.3.90.46– 11 15.000,00

Art. 2º- Para ocorrer o disposto no artigo anterior fica anulada a parcela de R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no saldo da seguinte dotação do orçamento vigente:

02 - LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL R$35.000,00

01.031.0001.4017 – 3.3.90.39 – 38 35.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de novembro de 2025.

Pará de Minas, 11 de novembro de 2025.

Inácio Franco

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16802

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.513/2025

PORTARIA Nº 24.513/2025

Dispõe sobre férias prêmio.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 79, inciso VI e IX, e art. 107, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 64, § 5º, da Lei nº 5.264/2011;

Considerando o requerimento protocolado sob o nº PRO.12096/2025;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a **Stênio Nogueira Penido**, ocupante do cargo efetivo de **Técnico em Administração,** matrícula 23.123, o gozo de 03 (três) meses de férias – prêmio referente ao 1º período adquirido, a partir de 29 de dezembro de 2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 15 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16803

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 7.230/2025

LEI Nº 7.230/2025

Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.743, de 13 de junho de 2022, que estabelece exigências de segurança na contratação de crédito, no âmbito do município de Pará de Minas, por aposentados, beneficiários ou pensionistas do INSS, aposentados por invalidez ligada à capacidade intelectual ou por aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade ou tiverem sua capacidade de discernimento comprovadamente comprometida.

A Câmara Municipal de Pará de Minas aprova a seguinte lei, e eu, em nome do povo, a sanciono:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.743, de 13 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O descumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator à penalidade de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor de cada contrato firmado em desacordo com seus termos, independentemente das demais sanções previstas

na legislação municipal vigente.”

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 11 de dezembro de 2025.

Débora Faria Castro

Procuradora Geral do Município

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16804

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.501/2025

PORTARIA Nº 24.501/2025

Altera a composição dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, protocolado sob o nº 038/2023.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei nº 5.785/2015;

Considerando as funções públicas dos Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentadas pela Lei Municipal nº 4.989/2009;

Considerando o processo eletivo realizado no dia 01 de outubro de 2023, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando o Ofício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, protocolado sob o nº 038/2023;

Considerando o pedido formalizado através do Ofício nº 38/2025 da Casa dos Conselhos;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica alterada a composição da Portaria nº 21.617/2023, que designou os membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para o período de 10 de Janeiro de 2024 a 09 de Janeiro de 2028.

Art. 2º – Ficam excluídos os seguintes membros do Conselho:

I – Erika Émilia Ferreira – Conselheira titular – CPF: 08*.2*1.13*-3* Votos: 331

Art. 3º – Fica incluído o seguinte membro no Conselho:

I – Karina Batista Silva – CPF: 0*7.9*1.*86-0* Votos: 82

Art. 4º – A composição do Conselho fica da seguinte forma:

CONSELHEIROS TITULARES:

ELEITOS

1 - Karina Batista Silva - CPF: 0*7.9*1.*86-0* Votos: 82

2 - Rosilene Alves Maciel - CPF: 91*.1**.816-7* Votos: 237

3 - Sara Aparecida da Silva Lima - CPF: 0*2.61*.7**-3* Votos: 148

4 - Marília Aparecida Araújo Paulino - CPF: 0*5.9*9.**6-0* Votos: 120

5- Fernanda Nogueira Santos Borba - CPF: CPF *061.*15.0*6-*0 Votos: 91

SUPLENTES

1 - Alessandra Maria Simão Pessoa - CPF: 0*8.*5.*56-*0 Votos: 81

2 - Lucrécia Aparecida da Silva – CPF; 07*.15*.*36-*0 Votos: 66

3 - Janaína Gomes Medina Ribeiro – CPF: 0*3.*64.7*6-8* Votos: 42

4 - Fernando de Abreu Gonçalves - CPF: 02*.1*1.*26-03 Votos: 27

5 - Naiara Cristina dos Santos - CPF: 09*.04*.37*-*9 Votos: 24

6 - Levi Felipe Alves de Oliveira - CPF: 14*.45*.*86-10 Votos: 19

7 - Willian Douglas Gomes – CPF: 17*.99*.2*6-5* Votos: 16

8 - Rogério Aparecido Santiago Oliveira - CPF: 04*.4*5.*06-71 Votos: 15

9 - Daniela Aparecida da Silva Duarte - CPF: *44.*05.7*6-9* Votos: 14

10 - Ítalo Henrique dos Santos Reis - CPF: 07*.*48.3*6-77 Votos: 10

11 - Valdelane Cristina de Carvalho - CPF: 9*5.2*4.5*6-00 Votos 08

12 - Bruno Henrique da Silva - CPF: 01*.3*1.71*-25 Votos 08

13 - Raiane Aparecida Nogueira Vilaça - CPF: 09*.*77.*36-42 Votos 02

14 - Isabela Teixeira Silva Freitas - CPF: 1*8.6*3.4*6-74 Votos: 01

15 - Stefane de Oliveira Santos - CPF: 12*.3*7.5*6-51 Votos: 01

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 11 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16806

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 24.502/2025

PORTARIA Nº 24.502/2025

Dispõe sobre designação de servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal.

O PREFEITO DE PARÁ DE MINAS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representante da Administração, especialmente designados;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam designados, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos municipais abaixo descritos, para exercerem as funções de gestor e fiscal de contrato, referente ao processo licitatório PRC n.º 272/2025, Dispensa Emergencial nº 107/2025; cujo objeto é: "Locação de imóvel para o funcionamento do Centro Pop", pelo período de 06 meses.

GESTORA: Viviane da Silva Santos

FISCAL: Leandro Ferreira Pereira

Art. 2º – Os serviços prestados pelos membros desta Portaria serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Pará de Minas, 11 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

Inácio Franco

Prefeito Municipal

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16809

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

DECRETO Nº 14.222/2025

DECRETO Nº 14.222/2025

Dispõe sobre o horário excepcional de funcionamento do comércio varejista no Município de Pará de Minas no domingo, dia 21 de dezembro de 2025, e dá outras providências.

O Prefeito de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, incisos VI c/c art. 107, inciso I, 'a', c/c art. 15, XXVIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 15, XXVIII da Lei Orgânica do Município estabelece que cabe ao Poder Público ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para o funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

CONSIDERANDO o Ofício nº 51/2025, da Associação Empresarial de Pará de Minas – ASCIPAM, que solicita a regulamentação de horário especial de funcionamento do comércio no domingo, 21 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO que a solicitação foi precedida de consulta ampla aos empresários locais, associados e não associados à ASCIPAM, cujo resultado demonstrou a manifestação majoritária favorável ao funcionamento do comércio;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar o interesse público, o fortalecimento da atividade econômica local, a livre iniciativa e a observância das normas trabalhistas aplicáveis;

CONSIDERANDO o caráter excepcional, temporário e específico da medida, restrita a data certa e determinada, sem gerar direito adquirido ou precedente automático;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, em caráter excepcional, o funcionamento do comércio varejista no Município de Pará de Minas no domingo, dia 21 de dezembro de 2025, no horário compreendido entre 9h e 13h.

§ 1º A autorização de que trata o *caput* restringe-se exclusivamente à data nele indicada, não se aplicando a outros domingos ou feriados.

§ 2º O funcionamento autorizado é facultativo, competindo a cada estabelecimento comercial decidir quanto à sua adesão.

Art. 2º A autorização prevista neste Decreto não afasta nem altera a obrigatoriedade de observância:

I – da legislação trabalhista vigente;

II – das normas coletivas de trabalho aplicáveis;

III – das regras relativas à jornada, ao descanso semanal remunerado e à remuneração devida aos empregados;

IV – das normas de segurança, saúde e higiene do trabalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas (MG), 16 de dezembro de 2025.

FERNANDO ANTÔNIO DO AMARAL

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

DÉBORA FARIA CASTRO

Procuradora-Geral do Município – OAB/MG 122.315

Publicado por: Marina Leite Oliveira Heidenreich
Código identificador: 16819

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

EDITAL 95/2025 – SMADRMA/FISCAMB

A Prefeitura Municipal de Pará de Minas, por meio da Secretaria Municipal de Agronegócio, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, informa a autuada ROSIANE DE ARAÚJO SOUZA, cpf 092.xxx.xxx-23 a anulação do **AI – 1394/2024** lavrada em 16/10/2024, vinculado ao número de processo: **8602/2024**, recorrendo ao princípio da autotutela.

Pará de Minas, 15 de Dezembro de 2025.

Fiscalização Ambiental

Publicado por: Raphaela Stéfanie Faria Lúcio
Código identificador: 16788

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

24.503/2025 - PAD 130/2024 - ENCERRAMENTO - ARQUIVAMENTO - SINDICÂNCIA CAMAROTES - SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 24.503/2025

Dispõe sobre a instrução e julgamento do Processo Sindicante nº 130/2024.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI c/c o artigo 107, inciso II, "c", da Lei Orgânica do Município, e, ainda:

Considerando todo o conteúdo processual instruído e o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, COPPADS;

Considerando o julgamento proferido nos autos pelo Secretário Municipal de Gestão Pública,

Resolve:

Art. 1º – Declarar a **PROCEDÊNCIA** da Denúncia relativa aos empenhos 6597/2024 da Secretaria Municipal de Cultura (Camarote) e 6758/2024 da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo (Camarote), onde o objeto em questão foi pago em duplicidade com o recebimento de estrutura diversa a prevista no Termo de Referência da ARP 097/2023.

Art. 2º – Determinar o envio de cópia dos presentes autos ao Ministério Público da Comarca de Pará de Minas, diante dos supostos indícios de práticas de irregularidades e ou ilegalidades, para que sejam tomadas as providências de estilo.

Art. 3º – Após envio de cópia da integralidade dos autos ao Ministério Público proceda-se o **Arquivamento** do feito.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, MG, 11 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

INÁCIO FRANCO

PREFEITO DE PARÁ DE MINAS

Publicado por: Eugênio Paulino Faria Santos
Código identificador: 16805

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

24.494/2025 - PAD 051/2025 - ENCERRAMENTO - ADVERTÊNCIA - SANTANA DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

PORTARIA Nº 24.494/2025

Dispõe sobre a instrução e julgamento do Processo Administrativo Sancionatório nº 051/2025.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI c/c o artigo 107, inciso II, "c", da Lei Orgânica do Município, e, ainda:

Considerando todo o conteúdo processual instruído e o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, COPPADS;

Considerando o julgamento proferido nos autos pelo Secretário Municipal de Gestão Pública,

Resolve:

Art. 1º – Declarar a **PROCEDÊNCIA** da denúncia relativa ao não fornecimento ou atraso na entrega dos objetos constantes da Solicitação de Fornecimento 9414/2024 da Empresa **SANTANA DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no CNPJ **47.043.897/0001-02**.

Art. 2º – Determinar a aplicação da penalidade de **Advertência** consoante inciso I do artigo 156 pela irregularidade descrita no inciso I do artigo 155 da Lei 14.133/2021.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 05 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

INÁCIO FRANCO

PREFEITO DE PARÁ DE MINAS

Publicado por: Eugênio Paulino Faria Santos
Código identificador: 16807

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

24.493/2025 - PAD 044/2025 - ENCERRAMENTO - MULTA - BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 24.493/2025

Dispõe sobre a instrução e julgamento do Processo Administrativo Sancionatório nº 044/2025.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI c/c o artigo 107, inciso II, “c”, da Lei Orgânica do Município, e, ainda:

Considerando todo o conteúdo processual instruído e o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, COPPADS e o julgamento proferido nos autos pelo Secretário Municipal de Gestão Pública,

Resolve:

Art. 1º – Declarar a **PROCEDÊNCIA** da Denúncia relativa à Empresa **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S/A.,** inscrita no CNPJ **18.269.125/0001-87** localizada na Avenida Sócrates Mariani Bittencourt, nº 1.080, Cinco, na Cidade de Contagem, MG, CEP: 32.010-010.

Art. 2º – Determinar a penalidade de **MULTA** no valor de **R$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais),** de acordo com inciso II do Art. 156, pela responsabilização contida no incisos II do artigo 155, ambos da Lei 14.133/2021, conforme apurado em sede de julgamento nos autos do Processo Administrativo Sancionatório nº 044/2025.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, MG, 05 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

INÁCIO FRANCO

PREFEITO DE PARÁ DE MINAS,

Publicado por: Eugênio Paulino Faria Santos
Código identificador: 16808

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

24.491/2025 - PAD 005/2025 - ENCERRAMENTO - MULTA - FRANCYELE LÚCIA CÂMARA DIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 24.491/2025

Dispõe sobre a instrução e julgamento do Processo Administrativo Sancionatório nº 005/2025.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI c/c o artigo 107, inciso II, "c", da Lei Orgânica do Município, e, ainda:

Considerando todo o conteúdo processual instruído e o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, COPPADS e o julgamento proferido nos autos pelo Secretário Municipal de Gestão Pública,

Resolve:

Art. 1º – Declarar a **PROCEDÊNCIA** da Denúncia relativa à Empresa **FRANCYELE LÚCIA CÂMARA DIAS,** inscrita no CNPJ **19.193.529/0001-05** localizada na Rua Mazzaropi, nº 91, Bairro Tancredo Neves, Montes Claros, MG, CEP: 39.400-557.

Art. 2º – Determinar a penalidade de **MULTA** no valor de **R$ 749,80 (setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos),** conforme apurado em sede de julgamento nos autos do Processo Administrativo Sancionatório nº 005/2025.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, MG, 05 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

INÁCIO FRANCO

PREFEITO DE PARÁ DE MINAS,

Publicado por: Eugênio Paulino Faria Santos
Código identificador: 16810

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

24.492/2025 - PAD 043/2025 - ENCERRAMENTO - IMPEDIMENTO E MULTA - PATOS MADEIRA LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 24.492/2025

Dispõe sobre a instrução e julgamento do Processo Administrativo Sancionatório nº 043/2025.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI c/c o artigo 107, inciso II, "c", da Lei Orgânica do Município, e, ainda:

Considerando todo o conteúdo processual instruído e o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, COPPADS;

Considerando o julgamento proferido nos autos pelo Secretário Municipal de Gestão Pública,

Resolve:

Art. 1º – Declarar a **PROCEDÊNCIA** da Denúncia relativa à Empresa **PATOS MADEIRA LTDA.**, inscrita no **CNPJ: 23.750.334/0001-88.**

Art. 2º – Determinar a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com este órgão pelo período de **18 (dezoito),** meses consoante inciso III do artigo 156, pela responsabilização contida nos incisos III do artigo 155, ambos da Lei 14.133/2021.

Art. 3º – Determinar a aplicação de Multa no montante de **R$ 5.240,25 (cinco mil duzentos e quarenta reais e vinte cinco centavos)** consoante 10% (dez por cento) do valor das Solicitações de Fornecimento 1328/2024 e 41/2025, de acordo com inciso II do Art. 156, pela responsabilização contida nos incisos II e III do artigo 155, ambos da Lei 14.133/2021.

Art. 4º – Determinar a inscrição da Requerida no CEIS (Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas) da CGU (Controladoria Geral da União) com repercussão nacional.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, MG, 05 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

INÁCIO FRANCO

Prefeito de Pará de Minas

Publicado por: Eugênio Paulino Faria Santos
Código identificador: 16811

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

24.504/2025 - PAD 039/2025 - ENCERRAMENTO - ARQUIVAMENTO - SINDICÂNCIA SINISTRO PÁTIO DA PREFEITURA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 24.504/2025

Dispõe sobre a instrução e julgamento do Processo Sindicante nº 039/2025.

O Prefeito de Pará de Minas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VI c/c o artigo 107, inciso II, "c", da Lei Orgânica do Município, e, ainda:

Considerando todo o conteúdo processual instruído e o parecer conclusivo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, COPPADS;

Considerando o julgamento proferido nos autos pela Secretária Municipal de Gestão Pública,

Resolve:

Art. 1º – Declarar a **IMPROCEDÊNCIA** da denúncia relativa ao sinistro ocorrido no Pátio do Edifício Sede da Municipalidade com o veículo particular Hyundai Elantra, na cor Preta, pertencente ao Assessor da Procuradoria Geral do Município Dr. Bruno Soares de Souza.

Art. 2º – Determinar o **ARQUIVAMENTO**, conforme autos do processo acima epigrafado.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, MG, 11 de dezembro de 2025.

Fernando Antônio do Amaral

Secretário Municipal de Gestão Pública

INÁCIO FRANCO

PREFEITO DE PARÁ DE MINAS

Publicado por: Eugênio Paulino Faria Santos
Código identificador: 16813

CASA DOS CONSELHOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ata de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pará de Minas – CMDCA, realizada no dia 16 de dezembro de 2025, na sede da Casa dos Conselhos, situada à Rua Doutor Cândido, nº 26 – Centro , Pará de Minas, com início às 9h. Presentes na mesa Comissão Eleitoral do CMDCA: Walkiria Salguiro, Emanuel Geraldo, e Arissa Fernanda. Foram registrada a presença das seguintes entidades: Associação São Paulo Apostolo – Bola de Gude, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas – APAE, Associação Comunitária Bela Vista – ABEV, Inspetoria São João Bosco - Patronato, Instituto Casa Padre Libério, Rede Cidadã, Confraria N. Senhora da Piedade da Paróquia de N.S. da Piedade – FAPAM (justificou), Instituto Casa do Abrigo Padre Libério, ADEVIPAM – Associação de Deficientes Visuais de Pará de Minas, Projeto Transformando Gerações (justificou) , Centro de referência ao Autista Bem Viver Manasses. A eleição foi por aclamação: 6 (seis) Entidades EFETIVAS e 6 (seis) Entidades como SUPLENTES: por votação as seis primeiras entidadades passam a ser EFETIVAS e as outras seis passam ser SUPLENTES: a saber: Resultado da votação: **EFETIVAS**: 1. ABEV (10 votos); 2. Instituto Agrica Casa Padre Libério (9 votos); 3. BOLA DE GUDE (9 votos); 4. APAE (8 votos);5. Instituto CPL (6 votos); 6. PATRONSTO (6votos) .S **UPLENTES**: 1.AJUTA ; 2 REDE CIDADÃ, 3. MSNSSSES; 4. ADEVIPAM; 5. FAPAM; 6. TRANASFFORMANDO GERAÇÕES- **Resolução CMDCA nº. 41/2025** (publicada no Diário do Município). Não havendo nenhum questionamento por nenhum dos presentes a eleição foi encerrada e o resultado será divulgado pelo Conselho para que sejam feitos os encaminhamentos devidos conforme o Edital (Resolução nº 35 e 36-CMDCA), e pela Lei 7.064/2024 **art 7** . Nada mais a tratar eu Patrícia Aparecida Melo Castro presidente do CMDCA, lavrei a presente Ata de Eleição, que aprovada será

assinada pela comissão e demais presentes.

Publicado por: Aglia Campolina Leitão Mendonça
Código identificador: 16814

CASA DOS CONSELHOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 41/2025

Aprova o resultado da eleição para a escolha dos representantes de Entidades não Governamentais no CMDCA – Pará de Minas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – *CMDCA - Pará de Minas*, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nro. 7.065/2024, de acordo com o Regimento Interno, e após encerramento da votação – por aclamação para escolha dos representantes da sociedade civil para gestão 2026-2027 (dois anos), realizada no dia 16 de dezembro de 2025 e

CONSIDERANDO as Resoluções nº 35 e nº 36 , que aprovou o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no *CMDCA – Pará de Minas.*

CONSIDERANDO a eleição por aclamação do dia 16 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

ART. 1.º – APROVAR, nos termos desta RESOLUÇÃO, o resultado do processo eleitoral para a escolha dos representantes da sociedade civil no *CMDCA – Pará de Minas* para a gestão 2026-2027 (dois anos).

ART. 2.º – FICAM eleitas como representantes da sociedade civil, na condição CONSELHEIROS TITULARES e seus SUPLENTES (representados pelas entidades) do *CMDCA – Pará de Minas* para a gestão 2026-2027:

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA, BAIRRO RECANTO DA LAGOA E BAIRRO SANTA EDWIRGES - ABEV
- INSTITUTO ABRIGO CASA PADRE LIBÉRIO
- ASSOCIAÇÃO SÃO PAULO APÓSTOLO- BOLA DE GUDE
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS – APAE
- INSTITUTO CASA PADRE LIBÉRIO -CPL
- INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO – PATRONATO

SUPLENTES representante da sociedade civil no *CMDCA – Pará de Minas*, para a gestão 2026-2027:

- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO JUDAS TADEU – AJUTA
- REDE CIDADÃ
- CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE N. S. DA PIEDADE - FAPAM
- CENTRO DE REFERENCIA AO AUTISTA BEM VIVER MANASSES
- ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE PARÁ DE MINAS - ADEVIPAM
- CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE N. S. DA PIEDADE - FAPAM

ART. 3.º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas, 16 de dezembro de 2025.

PATRÍCIA APARECIDA MELO CASTRO

Presidente *CMDCA*

Publicado por: Aglia Campolina Leitão Mendonça
Código identificador: 16815

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 03/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 03/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

Os candidatos convocados, devem se apresentar na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social nos dias 17 ou 18 de dezembro de 2025, de 08h às 11h para tomarem conhecimento dos documentos e procedimentos necessários para ingressarem nos cargos para as quais foram aprovados

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 03/2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
SERVENTE CONTINUO						
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA NASC**	**PONTUAÇÃO ANÁLISE DOCUMENTAL**	**PONTUAÇÃO ENTREVISTA**	**TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
242805	MARIA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	18/10/79	3	7	10	4

Pará de Minas/MG, 16 de dezembro de 2025.

_____
Denise Alencar Donisete de Castro – Presidente Portaria Nº 23.951/2025.

_____
Franciele de Lima Souza Tinoco – Secretário Portaria Nº 23.951/2025.

_____
Lucilene Ribeiro Chaves Abreu – Membro Portaria Nº 23.951/2025.

_____
Rafaela da Silva Maia – Membro Portaria Nº 23.951/2025.

_____
Marcos Antônio Figueiredo Santos – Membro Portaria Nº 23.951/2025.

Publicado por: Viviane da Silva Santos
Código identificador: 16816

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 009/2025

Firmado entre o Município de Pará de Minas e a ASSOCIAÇÃO SANTO ANJO DA GUARDA, CNPJ n.º 07.102.673/0001-00. .

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS E A ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL **ASSOCIAÇÃO SANTO ANJO DA GUARDA, CNPJ n.º 07.102.673/0001-00.**

Objeto: RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR DE 2025 Emenda Parlamentar de 2025 n.º 227540001 do Deputado Federal Diego Andrade, Funcional Programática 28.845.0903.0EC2, no valor de **R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)** para Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, conforme Plano de Trabalho do **Projeto Arena Comunitária: Convivência, Cidadania e Protagonismo Comunitário** apresentado, destinado a **ASSOCIAÇÃO SANTO ANJO DA GUARDA, CNPJ n.º 07.102.673/0001-00, cujo o objetivo no projeto pretende custear a aquisição de material de consumo para as atividades da instituição.** O recurso será utilizado para a manutenção do Fortalecimento do Serviço de Proteção Soial Básica, de modo a garantir atendimento socioassistencial pleno a pessoas atendidas e suas famílias, em situação de vulnerabilidade e moradoras de Pará de Minas**.**

O presidente do CMAS(Conselho Municipal da Assistência Social), Senhora Mariana Moreira Gomes, através da Resolução 036/2025 de 26 de novembro de 2025, bem como sua publicação no Diário Oficial Municipal nº 939 deliberou para autorizar o FIA (Fundo Municipal da Assistência Social) transferir para a entidade supracitada a quantia de **R$ 99.000,00(noventa e nove mil reais)**, a qual será utilizada conforme plano de trabalho apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal da Assistência Social.

Mediante as considerações expostas no termo de inexigibilidade de chamamento público, justificamos a celebração do Termo de Colaboração a ser firmado entre o Município de Pará de Minas e a Entidade Socioassistencial **ASSOCIAÇÃO SANTO ANJO DA GUARDA, CNPJ n.º 07.102.673/0001-00.**

Inteiro teor no link: https://transparencia.betha.cloud/#/AQhSgAbWDwORjcxY45lYVg==

Pará de Minas, 16 de dezembro de 2025.

Cláudia Assunção Faria

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Publicado por: Amanda Nunes Rocha
Código identificador: 16820

Rolando Silva Coelho
Assinado de forma digital por Rolando Silva Coelho
Dados: 2025.12.16 17:03:19 -03'00'